

O Expansionismo Territorial Nipônico

Diogo Shimizu Lima¹

1. - Introdução

Nosso objetivo neste trabalho é analisar as atuais disputas territoriais japonesas. O objeto de estudos será as três disputas em que o Japão se encontra envolvido atualmente:

- as Senkaku, (China e Taiwan),
- as Dokdo, (Coreia do Sul), e
- as Kurilas, (Rússia).

Cada uma dessas situações tem sua particularidade. Na primeira, o Japão controla uma ilha que não é sua. Na segunda, reclama um território a que não tem direito e pertence a outro país. Por fim, na terceira o Japão reclama um território que historicamente lhe pertenceu e agora é controlado por outro país.

A escolha dos nomes foi feita de acordo com o país que detém a soberania *de facto* sobre o lugar, e não com o que tenha razão nas disputas diplomáticas.

Para desenvolver o tema de modo completo, necessitamos compreender alguns pontos chave na história recente japonesa: a Restauração Meiji, o conceito geopolítico do poder dos mares, a cópia do modelo inglês de expansão territorial pelos japoneses e os planos de expansão territorial na Ásia por parte do Japão.

Assim, chegamos ao tema em si: as três situações são desenvolvidas em separado. São abordados: (i) a evolução histórica, (ii) os argumentos legais, (iii) a

¹ Pesquisador do GEAP-PUC/SP.

eventual atuação – e/ou omissão – dos EUA no tema, (iv) o reflexo dos conflitos nas sociedades envolvidas e (v) a motivação dos países para seguir com o conflito.

Por fim, concluiremos este trabalho com uma parte dedicada a uma reflexão sobre a situação contemporânea vivida pelo Japão com respeito aos seus conflitos territoriais e eventuais destinos finais para os mesmos.

1.1 - Restauração Meiji

A Restauração foi uma cadeia de eventos que levou a uma grande mudança na estrutura sócio-política japonesa. Em quatro anos o Japão deixou de ser um país cujo destino seria similar ao da China – ter seu país separado em partes menores por potências ocidentais – para transformar-se na maior economia da região até os dias de hoje.

A partir de um fator chave – educação de qualidade – o país alcançou um crescimento rápido. Contratou *experts* do exterior e enviou estudantes à Europa e aos EUA em uma grande variedade de áreas do conhecimento de modo a fortalecer as bases do regime.

Outro fator que fez grande diferença – e foi um possível ponto de partida para o expansionismo japonês – foi a importação em larga escala de matérias-primas e a exportação de produtos industriais para toda a Ásia. Com os “empréstimos” de tecnologias ocidentais, sua estrutura comercial também se adaptou a uma forma mercantilista e aberta a características de relações entre colônias e metrópole, outro fator que possivelmente favoreceu o surgimento de um expansionismo no país.

Internacionalmente, as ações dignas de nota no período foram as Guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905), ademais da Aliança Anglo-Japonesa de 1902. Esta aliança beneficiou os japoneses de modo especial, sobretudo pelos barcos e instrutores ingleses. Na Primeira Guerra Mundial, o Japão atuou localmente na Ásia dominando possessões alemãs na China e no Pacífico e fortalecendo a sua presença exterior na região.

Em outras palavras, este fluxo de idéias ocidentais no Japão provocou uma rápida modernização no país mas também trouxe as sementes do seu próprio imperialismo.

1.2 - O Poder dos Mares

Este foi um conceito desenvolvido por um almirante estadunidense chamado Alfred Mahan ao fim do século XIX.

Para Mahan, o poder naval era a chave para o sucesso na política internacional – a nação que detivesse o controle *de facto* sobre os oceanos teria em suas mãos o fator decisivo de vitória em uma guerra moderna.

Seus dois livros, *A Influência do Poder Naval na História, 1660-1783* (escrito em 1890) e *A Influência do Poder Naval na Revolução Francesa e o Império, 1793-1812* (de 1892), exerceram grande influência na corrida armamentista européia, especialmente na Alemanha, e também no Japão que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Também se atribui a Mahan o fato dos EUA deterem uma grande força naval até os dias de hoje.

A comparação com a Inglaterra era algo razoável para o Japão. Os dois países são constituídos por ilhas. Um deles era uma grande potência mundial e o outro era um país que recém começava a crescer. Compreender o modelo de crescimento econômico inglês era algo obrigatório para os japoneses se eles quisessem alcançar o desenvolvimento de seu país.

1.3 - O Modelo Inglês de Expansão Territorial

Rudolf Kjellén, o sueco criador do termo “Geopolítica”, analisou a extensão colonial inglesa em um livro de 1916 chamado *Os Problemas Políticos da Guerra Mundial* sob três perspectivas – ou, de acordo com seu livro, “exigências geopolíticas” – distintas: (1) a extensão territorial, (2) a liberdade de movimento, e (3) a melhor coesão territorial possível.

A Inglaterra tinha uma extensão territorial grande e liberdade de movimento no fim do século XIX, visto que se trata de uma potência naval até os dias de hoje, mas não tinha coesão territorial: suas possessões estavam dispersas por todo o globo.

O Japão, em seus planos imperiais de expansão pela Ásia, analisou a situação em que estava e chegou à seguinte conclusão: não tinha extensão territorial porque suas ilhas são muito pequenas; não tinha liberdade de movimento porque havia cada vez mais potências européias chegando à região e sua coesão territorial encontrava-se arriscada, pelo mesmo motivo anterior.

Assim, o modelo japonês de expansão territorial se decidiu por expandir-se localmente na Ásia e alcançar diversos objetivos com apenas um movimento: expulsar as potências européias da região e conseguir maior estabilidade para sua coesão territorial interna, também aumentando sua liberdade para mover-se na área e aumentar seu território localmente sem comprometer sua coesão territorial como no modelo inglês.

1.4 - A Expansão Territorial Japonesa na Ásia

Diversas teorias e doutrinas foram criadas no Japão para justificar sua expansão territorial pela Ásia. A Doutrina Amau, uma espécie de Doutrina Monroe asiática, transferia ao Japão a responsabilidade pela segurança e pela paz asiáticas. A existência nacional japonesa teria motivação especial para proteger uma zona especial, livre do comunismo e pró-japonesa. Durante a Segunda Guerra, alguns líderes japoneses chegaram a falar de uma “Ásia para Asiáticos” e da necessidade de levar liberdade aos países da região.

Uma doutrina econômica da época foi o Bloco do Iene, que seria transformado em 1941 na “Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia”. Era um plano que era a base das finanças japonesas, assim como de seus planos de conquista. A idéia principal da Esfera era a criação de um bloco de nações que estaria livre da influência de países ocidentais. Essa idéia tinha duas finalidades: (1) “libertar” a Ásia do Ocidente e (2) aumentar a influência nipônica nos países libertados.

Em termos gerais, isso levou somente a uma mudança de imperialismos, o europeu pelo japonês, onde muitas vezes este segundo imperialismo era ainda mais violento que o anterior. Estas idéias desmoronaram com o fim da Segunda Guerra e a queda do Japão.

2. - A Situação Atual

Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, o país teve que assinar diversos tratados e declarações sobre os territórios conquistados durante a Guerra. Alguns dos tratados principais são as Declarações de Potsdam y de Cairo, ambas de 1945, e o Tratado de Paz entre o Japão e as Forças Aliadas, de 1951.

2.1 - Japão, China e Taiwan

Senkaku (JP) vs. Diaoyu (CN, TW)

São oito pedras no Mar do Leste da China disputadas pela Republica Popular da China, a Republica da China em Taiwan e o Japão. Sua localização é mais próxima de Taiwán (190km ao Sul) que de Okinawa (385km ao Norte).

Apesar de estarem distantes geograficamente dos dois países, de serem pequenas e de não terem importância estratégica relevante, a disputa pelas Senkaku tem outra motivação.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas para a Lei do Mar, cada país tem direito a reclamar 12 milhas marítimas como zona fronteiriça e 200 milhas marítimas como zona econômica exclusiva (ZEE).

Em 1969, um estudo das Nações Unidas sugeriu a existência de grandes depósitos de hidrocarbonetos nas águas territoriais das Senkaku, algo entre 10 bilhões e 100 bilhões de barris de petróleo. Além disso, essas águas são muito boas para a pesca marítima.

A soberania atual das ilhas Senkaku pertence ao Japão, porém a primeira referência histórica às ilhas foi feita em 1403 na China. Por vários séculos as Senkaku

foram utilizadas somente por pescadores chineses. "Diao Yu Tai", a referência histórica mais antiga, significa "Plataforma de Pesca".

Depois da Guerra Sino-Japonesa, Taiwan e as Senkaku passaram ao comando nipônico através do Tratado de Shimonoseki. Taiwan voltou a ser território chinês somente em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial. As Senkaku não foram devolvidas ao mesmo tempo por insistência japonesa. Esse assunto seguiu discretamente durante as décadas de 1950 e 1960 porque essas ilhas não tinham grande importância geopolítica para nenhum dos países envolvidos.

Já em 1970, um ano depois da descoberta da possível existência de petróleo nas águas territoriais das Senkaku, os EUA assinaram o Tratado de Reversão de Okinawa com o Japão, através do qual "devolviam" as Senkaku juntamente com Okinawa à administração nipônica como se as Senkaku fizessem parte de Okinawa antes da Segunda Guerra, o que não é verdade.

Isso gerou uma crise diplomática entre Japão, China e Taiwan porque interessava aos EUA, dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, manter tais reservas de petróleo sob sua influência.

Com o passar dos anos, os EUA gradualmente deixaram de apoiar o Japão nesse tema porque lhes passou a ser interessante uma aproximação com a RPC. Dessa forma, passaram a evitar o tema.

Outros incidentes ocorreram. Em 1978 um grupo civil de direita chamado Nihon Seimensha (Federação Jovem Nipônica) ilegalmente construiu um farol em uma das ilhas para legitimar a disputa japonesa pelas Senkaku.

Em 1990, outra crise foi gerada pelo mesmo grupo: nessa ocasião, o Nihon Seimensha queria renovar o farol e obteve a autorização do governo nipônico, o que foi rejeitado pelos governos da China e de Taiwan. Nesse último caso, a oposição utilizou o incidente para criticar a postura do governo taiwanês sobre o assunto: as Senkaku deixaram de ser um problema estritamente de domínio sobre os recursos naturais e transformou-se gradualmente em uma ferramenta de partidos de oposição para atacar o

que consideram como sendo uma falta de habilidade do governo para lidar com a situação.

Em 1996, ocorreu uma terceira crise causada pelo Nihon Seinansha: eles construíram um farol em outra ilha, o que também foi rechaçado com protestos principalmente em Hong Kong y Taiwan.

O tema é caro aos chineses porque os japoneses têm o domínio *de facto* das Senkaku, porém os chineses têm quatro excelentes argumentos para provar que as ilhas deveriam ser suas. O primeiro argumento é geográfico: as Senkaku estão mais próximas de Taiwan que de Okinawa, além da profundidade oceânica ser de aproximadamente 200 pés entre as Senkaku e Taiwán e de aproximados 1000 pés até Okinawa. Historicamente, os chineses fizeram mais antigas e mais numerosas referências às ilhas em textos e mapas a partir de 1403: desistir das ilhas significaria desistir de parte de sua história. Em terceiro lugar, os chineses tradicionalmente utilizam a região para a pesca há mais tempo. E por último, o Japão concordou com a soberania chinesa sobre as Senkaku em 1945 nas Declarações de Potsdam y Cairo.

Há dois problemas principais enfrentados pelos chineses em sua reivindicação. São eles:

- (1) Quais são os verdadeiros donos das ilhas: os chineses ou os taiwaneses?
- (2) Os EUA ocuparam as ilhas logo depois da Segunda Guerra e devolveram a sua possessão aos donos errados.

A disputa sobre as Senkaku segue desde o fim da Segunda Guerra, apesar dos governos envolvidos não quererem que ela adquira grande importância, uma vez que suas relações bilaterais já são distantes.

Em termos históricos não se tratava de um lugar geopoliticamente estratégico, porém isso mudou quando as Nações Unidas alertaram para uma possibilidade de que havia petróleo nessa área. Na verdade, sequer se sabe se há petróleo ou não: somente se quer, por parte de Japón, China e Taiwán, garantir a posse dos recursos naturais, quaisquer que sejam.

Além disso, o orgulho nacional se transformou, ao longo dos anos, num grande incentivo para obter a posse das ilhas, principalmente para os chineses e taiwaneses quando levamos em conta que os japoneses lhes agrediram na Guerra.

Mais além dos aspectos naturais e internos dos atores envolvidos, a disputa por essas ilhas tem motivações particulares para cada uno deles. Para os chineses, o problema das Senkaku relaciona-se com outras ilhas que a China disputa no Mar do Sul da China. Uma postura mais leve no Este lhe traria problemas no Sul. Ademais, como sempre foram consideradas ilhas relacionadas a Taiwan, trata-se de uma forma de reforçar as posições chinesas sobre sua "província rebelde".

Para os nipônicos, uma postura mais fraca sobre as Senkaku traria problemas sobre seu contencioso com a Rússia sobre os Territórios do Norte – este tema será abordado mais à frente. Seu maior problema é os grupos de direita que utilizam as Senkaku como algo que remete à idéia de nacionalismo, além dos grupos que interferem a todo momento na política oficial para as ilhas e desestabilizam os processos de negociação.

Em Taiwan, tampouco se quer fazer muito ruído sobre essa disputa territorial porque o comércio com o parceiro nipônico é essencial à sua economia. Além disso, a ausência de relações diplomáticas com o Japão lhe torna difícil fazer protestos contrários às políticas japonesas sobre as Senkaku.

2.2 - Coréia e Japão

Dokdo (KR) vs. Takeshima (JP)

Essas ilhas, também conhecidas como *Liancourt Rocks*, são atualmente administradas pela Coréia, a 215km a Oeste da península coreana e a 90km a Oeste de outra ilha coreana, e reivindicadas pelo Japão, a 157km ao Sudste das ilhas Oki.

O governo da Coréia atestou as Dokdo como Monumento Natural Nº 336 em 1982. A partir de 2005, contrariando uma política histórica, o governo coreano começou a autorizar a visita de civis à região.

A primeira referência histórica às Dokdo foi feita em 512 na Coreia. Desde 1881, os coreanos as chamam de Dokdo, que significa "Ilha Solitária" ou ainda "Ilha de Pedra", dependendo do ideograma utilizado para a palavra *Dok*. No Japão, as ilhas são conhecidas como Takeshima desde 1905.

O Japão incorporou as Dokdo em 1905 como se fossem *Terra Nullius* depois da requisição de um pescador japonês pedindo a exclusividade da pesca na área das ilhas. Em 1940 as ilhas tiveram sua utilização restrita ao uso militar.

Em 1945 e até o ano de 1952, depois da Segunda Guerra, os EUA mantiveram o controle sobre as Dokdo e as utilizou como um alvo para bombas e práticas militares. Em 1951 o governo estadunidense pediu autorização aos coreanos para a utilização militar das Dokdo, o que é utilizado como argumento pró-coreano nessa disputa.

Por um descuido coreano, contudo, as Dokdo não foram incluídas como um dos territórios que voltaram a mãos coreanas através de tratados pós-Segunda Guerra. Além de querer ilhas japonesas, o presidente coreano de então também sofria problemas com a oposição interna a seu regime e não dedicou atenção suficiente para assegurar as Dokdo.

Em 1966 um estudo do Ministério de Assuntos Exteriores do Japão foi produzido e é este estudo que ainda suporta muitos dos argumentos atuais com respeito às Dokdo. Os japoneses afirmam que os documentos históricos produzidos entre 1392 e 1910 apresentados como provas pelos coreanos não existem. Também afirmam que os coreanos não podiam ver as Dokdo de terra firme e que os coreanos não detinham técnicas de navegação para alcançar as Dokdo até fins do século XIX. Este último argumento é particularmente ruim porque os coreanos já tinham a capacidade de fazer travessias mais longínquas que a viagem entre a ilha mais próxima e as Dokdo.

Os japoneses seguem considerando sua anexação de 1905 como o documento legal que atesta a soberania sobre as Dokdo. Assim, seguem requisitando aos coreanos para levar esse assunto até a Corte Internacional de Justiça mas eles não aceitam: isso representaria um reconhecimento das Dokdo como território disputado, quando eles as consideram como território coreano.

No começo do século XIX, quando civis japoneses começaram a explorar ilhas coreanas, o governo japonês costumava aceitar os rechaços coreanos e expulsava seus cidadãos dessas ilhas. A propósito, em 1877 o governo nipônico declarou que o Japão não tinha nada a ver com Ullungdo (outra ilha coreana) e Dokdo.

Essa posição mudou com as Guerras Sino-Japonesa de 1894-1895 e Russo-Japonesa de 1904-1905. As duas vitórias incentivaram o Japão a controlar outras áreas e a continuar sua política expansionista na região. A aproximação de civis, antes ilegal, passou a ser incentivada pelo governo japonês neste período. Assim, a incorporação japonesa das Dokdo foi um resultado direto de sua política expansionista do começo do século XX.

Os EUA, por sua vez, atuam de maneira a não reconhecer nenhum dos dois lados dessa disputa. Com o Japão, há o problema de que eles não controlam as ilhas; desta forma, as Dokdo não se encontram respaldadas pelo Tratado de Segurança Mútua entre os dois países. Quanto à Coreia, o Tratado de Segurança Mútua entre coreanos e estadunidenses abarca somente o território que os EUA reconhecem como coreano, já que as Dokdo ficaram fora dos tratados pós-Segunda Guerra.

Do histórico de conflitos nessa região, a situação recente mais grave foi em fevereiro de 1996 quando o então Ministro de Assuntos Exteriores japonês, Yukihiko Ikeda, publicamente afirmou o reclame de seu país pelas Dokdo logo depois do anúncio coreano de planos para o desenvolvimento das ilhas.

O conflito pelas Dokdo não é somente pelo controle das ilhas. Há um grande interesse das duas partes pelas águas territoriais que circundam estas ilhas, de pesca muito fértil, e com reservas de gás natural estimadas em 600 milhões de toneladas.

Essa situação debilitou ainda mais as já conturbadas relações bilaterais entre os países. Por outro lado, seus hábeis diplomatas já têm em comum alguns pontos:

- (1) a extensão territorial em disputa;
- (2) suas fronteiras; e
- (3) a exploração em comum de hidrocarbonetos. Talvez o melhor motivo para que isso tenha ocorrido, principalmente a exploração conjunta do gás, foi

o desejo de manter relações com o outro em nível tão bom quanto seja possível.

Muitos coreanos criticam essa posição de seu governo porque entendem que se tratou de uma cessão de espaços aos japoneses. Outro problema foi que uma pesquisa revelou que a maioria dos executivos e das pessoas de 8 em 12 países pesquisados acreditavam que o Japão tinha a razão sobre o reclame pelas Dokdo, e não a Coreia. Isso, para a opinião pública coreana, é outro exemplo da incapacidade de seu governo para lidar com o problema.

2.3 - Rússia e Japão

Kurilas (RU) vs. Territórios do Norte (JP)

Depois de mais de sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, Rússia e Japão ainda não assinaram nenhum tratado de paz porque o tema das Kurilas segue em aberto.

Estas ilhas estão a Nordeste da ilha de Hokkaido e se chamam Habomai, Shikotan, Kunashiri y Etorofu. O Japão as conheceu antes da Rússia e em 1855 os dois países assinaram um acordo internacional que afirmou, de maneira pacífica, o reconhecimento por parte da Rússia que essas ilhas eram parte do território japonês.

Ao fim da Segunda Guerra, contudo, a URSS começou a lutar contra o Japão por essas ilhas. Desde então os japoneses lutam pelos meios diplomáticos para tentar reincorporar essas ilhas ao seu território.

Os japoneses têm o apoio dos EUA desde que o problema se iniciou, visto que estar contra a URSS na Guerra Fria fazia sentido na já citada lógica bipolar de então. Além disso, os nipônicos recomendam a seus nacionais que não peçam vistos de entrada à Rússia para viajar a região porque o ato de pedir o visto representa um reconhecimento de que a soberania desse território é exercida pelos russos.

No biênio 1955-1956 foram feitas negociações para tentar o regresso das ilhas ao domínio japonês. Alcançaram apenas um documento restrito sobre o fim do estado de guerra e o retorno às relações diplomáticas. Além disso houve o consentimento soviético

de que duas das quatro ilhas, Shikotan e Habomai, poderiam ser devolvidas. Quando às outras duas, Etorofu e Kumashir, não houve consenso.

Em meados de 2001 Tóquio tentou dividir as negociações em dois caminhos paralelos, de modo a acelerar a devolução de, ao menos, duas das quatro ilhas por parte do governo russo. Porém, essa tentativa foi rechaçada por Moscou.

Ainda na década de 1950, um homem com pouca educação ganhava nas Kurilas três vezes mais que na URSS. O governo soviético dava também outros incentivos, como subsídios para escolas, hospitais e outros tipos de serviços sociais, de modo a incentivar a população a morar na região. Além disso, um casal jovem também contava com ajuda para passar seu mês de férias no “continente” – essa é a forma que os habitantes da região se referem ao país.

O fim da URSS trouxe consequências graves sobre esses incentivos à região: atualmente as Kurilas representam para o governo central apenas uma área de onde impostos são coletados, havendo pouquíssima provisão de ajuda e investimentos estatais para a região.

Até o ano de 1993, o Japão não conseguiu conquistar ganhos diplomáticos devido à condição totalitária da URSS. Neste ano, contudo, o então Presidente Boris Yeltsin assinou com o então Primeiro-Ministro Morihiro Hosokawa a Declaração de Tóquio, que dizia que as negociações futuras seriam fundamentadas em:

- (1) fatos históricos e legais,
- (2) uma compilação de documentos feita pelos dois países, e
- (3) princípios da justiça e da lei.

Em 2001 o então Primeiro-Ministro Yoshiro Mori visitou o Presidente Vladimir Putin e eles confirmaram a Declaração Conjunta Nipo-Soviética de 1956 como um documento legal de bases, que passou a ser um ponto de partida para as negociações. Nesse encontro, que originou a Declaração de Irkutsk, também se decidiu que um tratado de paz seria concluído para solucionar a polêmica sobre as quatro ilhas.

Em valores estratégicos, as Kurilas foram significativas para os soviéticos porque representam uma fronteira pacífica em uma região complicada. Também são ilhas que poderiam bloquear seu acesso a águas quentes do Norte do Pacífico.

Além da Geopolítica, trata-se de uma região com muitas riquezas naturais. Aproximadamente um terço da pesca russa vem da região, cuja atividade gera sozinho aproximados US\$ 200 milhões em impostos a Moscou. Por outro lado, o governo central somente investiu US\$ 25 milhões na região, o que transforma as Kurilas em um empreendimento excelente ao Presidente Putin. Essa é uma matemática lucrativa a um país falido, o que torna extremamente difícil o retorno dessas ilhas a mãos japonesas.

3. - Conclusão

Hoje há poucas áreas marítimas no Leste Asiático que não são reclamadas, assim como há muitas que são reclamadas por mais de um país. A Convenção sobre a Lei do Mar de 1994 assegura aos países com costa marítima o direito ao exercício de certas atividades econômicas até o limite de 200 milhas marítimas da costa – o que se conhece como a Zona Econômica Exclusiva.

Como qualquer ilha pequena pode servir de base para o reclame dessas 200 milhas marítimas, há muitas disputas por ilhas pequenas, ou até mesmo corais e pedras como as Senkaku, as Dokdo e as Kurilas. Em comum, todas essas disputas têm fundamentos históricos e geográficos. O principal problema desses argumentos é simples: se um país já exerce controle de um território rico em recursos naturais, não irá desistir desse território porque isso não faz sentido.

Em termos ainda mais práticos, aos interesses econômicos de um país gradualmente se somaram pontos como uma maior exigência de cidadãos por mais rigor nas políticas externas de seus países. Os políticos da oposição com frequência utilizam o que consideram fraquezas também como exemplos de uma mudança necessária no país. Desistir de uma ilha rica em recursos cada vez mais escassos na Ásia do Leste – e no mundo – traria uma crise de governo no país em questão.

Outro problema desse tipo de conflito é que dificilmente a situação presente sofrerá alteração. Isso se dá por diversos motivos:

- (1) é muito difícil que um conflito assim interessará a outros países que não sejam os diretamente envolvidos,
- (2) aos EUA não lhes interessa tomar partido em situações tão polarizadas devido à própria complexidade de seus interesses econômicos na região, além de não poderem comprometer-se politicamente em uma área instável como essa, e
- (3) os países dificilmente podem alcançar soluções negociadas, porque os governos dos países que, hoje, detém o controle sobre as ilhas em questão sofrerão com o aumento do grau de impopularidade interna, visto que uma ação nesse sentido seria interpretada como a desistência de algo que é sua por direito.

Por fim, no presente cenário asiático dificilmente teremos um conflito armado em qualquer dos três casos apresentados. Os países que possivelmente teriam algum interesse em partir para a ação bélica porque têm a razão são os que teriam que iniciar a guerra, de modo a iniciar a recuperação do domínio da terra. Isso faz pouco ou nenhum sentido no mundo contemporâneo porque essas economias têm alto grau de interdependência e uma guerra regional por porções tão pequenas de recursos naturais não apresentaria uma relação custo-benefício que compensasse uma guerra.

O mais previsível sobre esse assunto é que os países envolvidos sigam com a retórica bélica, invadam os territórios reclamados periodicamente e sigam negociando diplomaticamente para o manejo conjunto dos recursos naturais.

4. - Bibliografía

- Checura, Alexander Tavra. Geopolítica. Pensamiento de Mahan. Revista de Marina, No. 04, 1996. 23 Jun. 2005. <<http://www.revistamarina.cl/revistas/1996/4/geopliti.pdf>>
- Fedorova, Maria. "The Roots of Sino-Japanese Differences over the Senkaku (Diaoyudao) Islands." Far Eastern Affairs 1 Jan. 2005: 109-125. Academic Research Library. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- Golovnin, Vassily "Russia, Japan closer to peace treaty -- Japan's diplomat. " ITAR - TASS News Wire 4 April 2001 1. ABI/INFORM Trade & Industry. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- Kanabayashi, Masayoshi "Japan, China's Competing Claim On Pacific Isles Centers on Oil. " Wall Street Journal [New York, N.Y.] 1 Jul 1999, Eastern edition: A19. ABI/INFORM Global. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- Kattoulas, Velisarios "The death of sushi? " Far Eastern Economic Review 15 Aug. 2002: 48-51. ABI/INFORM Global. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- Lebel, Oscar. La geopolítica, Alá, las guerras del Golfo y el terrorismo global. Abr. 2003. 23 Jun. 2005. <<http://www.latitud3035.com.uy/50/geopolitica.htm>>
- Steuckers, Robert. Rudolf Kjellén (1864-1922). 23 Jun. 2005. <<http://foster.20megsfree.com/522.htm>>
- Watkins, Eric "Japan, China in stalemate over maritime boundaries. " Oil & Gas Journal 8 Nov. 2004: 28. 18 Jun. 2005. ABI/INFORM Global. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- "Asia: Rocky relations; South Korea and Japan. " The Economist 26 Mar. 2005: 74. ABI/INFORM Global. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- "Asia: The money factor. " The Economist 31 Oct. 1998: 45. ABI/INFORM Global. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- "JAPAN/CHINA: Thorny Ties. " OxResearch 21 Jul 1999: 1. OxResearch. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- "Korea eyes hydrates in disputed area. " Energy Compass 23 Mar. 2005: 1. ABI/INFORM Trade & Industry. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- "Regional briefing." Far Eastern Economic Review 8 Oct. 1998: 17. ABI/INFORM Global. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>
- "Territorial dispute still casts shadow over Russia-Japanese relations. " BBC Monitoring Former Soviet Union. 10 June 2004 1. ABI/INFORM Trade & Industry. ProQuest. 18 Jun. 2005. <<http://www.proquest.com/>>